DECRETO Nº 9.359 DE 01 DE ABRIL DE 1986

Cria o Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com os artigos 2º, alínea e, e 35 da Lei nº 4.545, de 10 de setembro de 1964, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, e no Decreto Federal nº 85.110, de 02 de setembro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal, como órgão de deliberação coletiva de 2º grau, integrante da estrutura administrativa do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Art. 2º - Ao Conselho compete, basicamente, no âmbito do Distrito Federal, propor a política de entorpecentes, elaborar planos, exercer orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas com o tráfico e uso de entorpecentes e de substâncias que determinem dependência física ou psíquica, bem como exercitar outras funções em consonância com os objetivos do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.

Art. 3º - O Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal terá a seguinte composição:

- I – um representante do Gabinete Civil do Governador;
- II – um representante da Secretaria de Finanças;
- III – um representante da Secretaria de Educação e Cultura;
- IV – um representante da Secretaria de Saúde;
- V – um representante da Secretaria de Serviços Sociais;
- VI – um representante da Secretaria de Segurança Pública;
- VII – um representante do Gabinete Militar do Governador;
- VIII – um representante da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- IX – um representante do Ministério Público do Distrito Federal;
- X – O titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes da Polícia Civil do Distrito Federal;
- XI – um advogado de comprovada experiência em assuntos de entorpecentes, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal;
- XII – um médico psiquiatra com ampla atuação na área de entorpecentes indicado pela Associação Médica de Brasília;

XIII – um representante do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal.

§ 1º - Os Conselheiros e seus respectivos suplentes serão designados pelo Governador, com mandato de três anos, admitida a recondução.

§ 2º - O Conselho será presidido por um de seus membros, escolhido e designado pelo Governador.

Art. 4º O Conselho terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em regimento interno elaborado pelo Plenário e aprovado por ato do Governador.

Art. 5º - O Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal fica incluído no Anexo do Decreto nº 7.595, de 15 de julho de 1983, classificado como órgão de deliberação coletiva de 2º Grau, vinculado ao Gabinete Civil do Governador.

Parágrafo único – As atividades de Secretário do Conselho serão retribuídas na forma do disposto no artigo 5º do mesmo Decreto.

Art. 6º - Fica extinta a Comissão de Fiscalização de Entorpecentes do Distrito Federal, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Saúde.

Parágrafo único – Em decorrência do disposto neste artigo, ficam revogados os artigos 28 e 29 do Regimento da Secretaria de Saúde, aprovado pelo decreto nº 2.976, de 12 de agosto de 1975.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 01 de abril de 1986
98º da República e 26º de Brasília.

Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES

JOÃO SERENO FIRMINO

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS DE ARAÚJO

FÁBIO VIEIRA BRUNO

ALBERTO HENRIQUE BARBOSA

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

JOSE OLAVO DE CASTRO

HUMBERTO GOMES DE BARROS

DECRETO Nº 9.545 DE 07 DE JULHO DE 1986

Inclui o Inciso XIV ao Art. 3º do Decreto nº 9.359, de 01 de abril de 1986.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com os artigos 2º, alínea “e”, e 35 da Lei nº 4.545, de 10 de setembro de 1964, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, e no Decreto Federal nº 85.110, de 02 de setembro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído na Art. 3º do Decreto nº 9.359, de 01 de abril de 1986, o inciso XIV, com o seguinte teor:

“Art. 3º -

XIV – um representante dos Centros de Recuperação de Dependentes de Drogas do Distrito Federal.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 07 de julho de 1986.
98º da República e 27º de Brasília

Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

DECRETO Nº 10.520 DE 06 DE JULHO DE 1987

Designa membros para compor o Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal, criado pelo Decreto nº 9.359/86.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para compor o Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal, criado pelo Decreto nº 9.359, de 01 de abril de 1986, alterado pelo Decreto nº 10.518 de 03 de julho de 1987, como órgão de deliberação coletiva de 2º grau, incumbido, no âmbito do Distrito Federal de propor a política de entorpecentes, elaborar planos, exercer orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades

relacionadas com o tráfico e uso de entorpecentes e de substâncias que determinem dependência física ou psíquica, os seguintes membros:

I – CÂNDIDA ROSILDA DE MELO OLIVEIRA, Educadora;

II – ONÉSIMO NOGUEIRA FILHO,
Representante da Secretaria de Finanças;

III – IVONETE FERREIRA DE BARROS,
Representante da Secretaria de Educação;

IV – WALDIR BARNABÉ DA SILVA,
Representante da Secretaria de Saúde;

V – JOSÉ ROBERTO LUGOR,
Representante da Secretaria de Serviços Sociais;

VI – JOAQUIM ALVES BASTOS,
Representante da Secretaria de Segurança Pública;

VII – OTÁVIO DE ABREU LEITE,
Representante do Gabinete Militar do Governador;

VIII – VIRGÍNIA DE MELLO BATISTA DA SILVA,
Representante da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

IX – PAULO TAVARES LEMOS,
Representante do Ministério Público do Distrito Federal;

X – JOAQUIM MARQUES DE BRITO,

Titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes da Polícia
Civil do Distrito Federal;

XI – ESDRAS DANTAS DE SOUZA,

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do
Distrito Federal;

XII – JOSÉ COSTA SOBRINHO,

Representante da Associação Médica de Brasília;

XIII – OTÁVIO AMÉRICO MEDEIROS BRASIL

Representante do Conselho Regional de Farmácia.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 06 de julho de 1987

99º da República e 28º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

Governador do Distrito Federal